

POLÍTICA NACIONAL DE LINGUAGEM SIMPLES

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019

4 dispositivos vetados

Autoria da matéria vetada:

- Deputada Erika Kokay (PT-DF) e Deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB – CE)

Relatoria na Câmara:

- **Deputado Vicentinho (PT-SP):** Parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
- **Deputado Pedro Campos (PSB-PE):** Parecer proferido em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Relatoria no Senado:

- **Senador Alessandro Vieira (MDB-SE):** Parecer proferido na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) e na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Ementa do projeto de lei vetado:

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Síntese do Veto:

O veto incide sobre dispositivos que tratam da definição do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples, bem como das atribuições desse servidor e da necessidade de divulgação pública das suas informações de contato.

Estudo do Veto nº 40/2025

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 40.25.001
	"caput" do art. 7º: <i>Os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta definirão o servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples.</i>
ASSUNTO	Definição do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples
ORIGEM	Parecer proferido na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (Deputado Vicentinho) – pág. 6 Parecer 324, de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital (Senador Alessandro Vieira) – pág. 8
EXPLICAÇÃO DO ITEM	O dispositivo estabelece que caberá aos órgãos e às entidades da administração pública, direta e indireta, a definição do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“O dispositivo, ao versar sobre matéria relativa ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos, ofende a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo prevista no art. 61, § 1º, da Constituição, e viola também o disposto no art. 84, caput, inciso VI, da Constituição.” Ouvidos o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União.

Estudo do Veto nº 40/2025

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 40.25.002
	<p>§ 1º do art. 7º:</p> <p><i>As informações de contato do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do respectivo órgão ou entidade.</i></p>
ASSUNTO	Divulgação pública das informações de contato do servidor encarregado do tratamento da informação e linguagem simples
ORIGEM	Parecer proferido na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (Deputado Vicentinho) – pág. 6
EXPLICAÇÃO DO ITEM	O dispositivo estabelece que as informações de contato do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do respectivo órgão ou entidade.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“O dispositivo, ao versar sobre matéria relativa ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos, ofende a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo prevista no art. 61, § 1º, da Constituição, e viola também o disposto no art. 84, caput, inciso VI, da Constituição.”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União. (idem ao item 40.25.001)</p>

Estudo do Veto nº 40/2025

	ITEM 40.25.003
DISPOSITIVO VETADO	Inciso I do § 2º do art. 7º: <i>promover o treinamento dos comunicadores do órgão ou entidade para uso das técnicas de linguagem simples;</i>
ASSUNTO	Atribuições do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples
ORIGEM	<u>Parecer proferido na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (Deputado Vicentinho)</u> – pág. 6
EXPLICAÇÃO DO ITEM	O dispositivo estabelece ser atribuição do servidor encarregado do tratamento da informação promover o treinamento dos comunicadores do órgão ou entidade para uso das técnicas de linguagem simples.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“O dispositivo, ao versar sobre matéria relativa ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos, ofende a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo prevista no art. 61, § 1º, da Constituição, e viola também o disposto no art. 84, caput, inciso VI, da Constituição.” Ouvidos o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União. (idem ao item 40.25.001)

Estudo do Veto nº 40/2025

	ITEM 40.25.004
DISPOSITIVO VETADO	Inciso II do § 2º do art. 7º: <i>supervisionar o cumprimento desta Lei e tomar as devidas providências administrativas para que ela seja executada no órgão ou na entidade.</i>
ASSUNTO	Atribuições do servidor encarregado do tratamento da informação em linguagem simples (idem ao item 40.25.003)
ORIGEM	Emenda nº 3 da Comissão de Comunicação e Direito Digital (Senador Alessandro Vieira)– pág. 9
EXPLICAÇÃO DO ITEM	O dispositivo estabelece ser atribuição do servidor encarregado do tratamento da informação supervisionar o cumprimento da Lei e tomar as providências administrativas para que ela seja executada no órgão ou entidade.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“O dispositivo, ao versar sobre matéria relativa ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos, ofende a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo prevista no art. 61, § 1º, da Constituição, e viola também o disposto no art. 84, caput, inciso VI, da Constituição.” Ouvidos o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União. (idem ao item 40.25.001)